



GT – “22”: “Urbanização e cidades na era digital: desigualdades e resistência”

Trabalho e Extrativismo urbano

resistência e fuga para o bem comum

Autor(01): Gilberto Cunha Franca: UFSCar

Filiação institucional

E-mail: franca@ufscar.br

(ATENÇÃO: Não se identifique na primeira submissão)

RESUMO: Neste trabalho discuto as formas de resistência no território urbano no contexto da nova urbanização dependente. Para isto é importante entender a maneira como as metrópoles se transformaram sob o domínio informacional e financeiro para capturar a riqueza e controlar o trabalho e a vida social. Neste sentido, é particularmente importante entender como o extrativismo urbano impõe sua lógica, sobretudo nas metrópoles, eclipsando as formas de exploração do trabalho pelas formas de extração da cooperação e da interação social. Nesta passagem da fábrica para a metrópole como espaço também da produção, o território urbano se converte não somente no terreno das lutas, inclusive do trabalho, como o Breque dos Apps. Nele se levanta a defesa dos bens, das práticas e dos espaços comuns, que confronta cada vez mais a natureza extrativista da acumulação do capital.

Palavras-chave: Plataformização do trabalho, extrativismo urbano, comum

1. INTRODUÇÃO

*Avenida Marginal, motoboy na pista, jogando o destino
Calor assassino e veloz, em cada curva um amortecedor
A vida no retrovisor, não fica parado, formiga em ação
Minha moto é um avião
São Paulo Motoboy, Manu Chao*

Quando o ativista Paulo Galo, dos entregadores antifascistas, diz que “o chão de fábrica é o asfalto, certo, e o entregador por aplicativo é o novo metalúrgico”¹, ele está expressando as mudanças profundas que ocorreram nas últimas décadas no processo, no meio e no sujeito do trabalho. Como dizem as pesquisadoras da plataformização do trabalho, Fioravanti, Martins e Rizek (2024, p. 83), “esses trabalhadores precarizados *just in time* gastam tempo e recursos próprios buscando regiões onde possam usar intensivamente sua força de trabalho, em um processo no qual a própria cidade se configura como local de trabalho”. Na avenida, na pista, como traz a epígrafe de Manu Chao, os entregadores estão “jogando o destino” em um trabalho que é cada vez mais essencial para a vida social nas grandes cidades e metrópoles, ao mesmo tempo em que é precário e arriscado para a vida dos próprios entregadores.

Este lugar do urbano como espaço de trabalho dos entregadores é um caso emblemático. Entretanto, vai além disso, sendo cada vez mais o lugar da produção no sentido mais amplo. Para Negri (2014), “A metrópole é um lugar de produção que deve ser analisado em toda a sua especificidade. Mas também é verdade que ela hoje se tenha tornado o lugar de produção por excelência” (p. 13-14)². De espaço social, lugar da vida cotidiana e da reprodução das relações sociais, tão bem elaborado por Henri Lefebvre (1973), ainda no domínio da produção industrial³, a metrópole se transforma, sob o meio técnico-informacional (SANTOS, 1996), no lugar da produção por excelência, no mais amplo sentido da produção: de bens, serviços, informação, fluxos, de sujeito e subjetividade. “A produção e a reprodução sociais [acontecem] em contexto mais amplo, para além da fábrica e do ambiente de trabalho”, dizem Negri e Hardt (2018, p. 201)).

A passagem da produção do espaço da fábrica ao espaço urbano metropolitano não foi um processo meramente técnico. Ele foi e segue sendo, antes de tudo, um processo político, produto da resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais ao modelo disciplinar fabril que vigorou de maneira hegemônica até os anos 70. Com a resistência dos trabalhadores assalariados e a redução dos lucros do setor industrial, sobretudo nos países centrais, como demonstra Giovanni Arrighi (2003, 2008), o capital se viu obrigado a investir nas formas de

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzQ2n-qT1GY>

² Na cidade de São Paulo, “o espraiamento recente das plataformas digitais tem provocado novas dinâmicas da relação entre trabalho e cidade”. (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024, p. 69)

³ Se, como disse Lefebvre, “o capitalismo se apoderou da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa” (LEFEBVRE, p. 20).

trabalho e de reprodução social disseminadas no espaço urbano (HARDT e NEGRI, 2016). Como Hardt e Negri dizem, “a fim de restabelecer as margens de lucro que não podiam mais ser extraídas das fábricas, o capital teve que colocar o terreno social para trabalhar, e o modo de produção teve de ser ainda mais firmemente entrelaçado às formas de vida” (p. 151-152).

Analisar as formas de resistência à dominação de classe, gênero, raça, assim como as interações horizontais entre as classes populares, para entender a investida do capital para além do espaço fabril, tem importância metodológica, epistemológica e política. Como disse Milton Santos, “na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos ‘de baixo’, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares” (2001, p. 132-133). Neste sentido, disseram Hardt e Negri, olhar “‘desde baixo’ significa em primeiro lugar definir o poder do ponto de vista do subordinado, cujo conhecimento é transformado por meio da resistência e das lutas de libertação dos ‘de cima’”.

Espera-se com este trabalho contribuir para a discussão sobre a urbanização digital acompanhando as formas de resistência que surgem do confronto com a exploração do trabalho e a expropriação social da riqueza, principalmente das classes populares nas metrópoles brasileiras. Para isto, dividimos o trabalho em quatro partes: a primeira parte discute a digitalização e a plataformização urbana, focando na plataformização do trabalho e da economia popular; a segunda parte discute os mecanismos de extração urbana do trabalho e das interações sociais da perspectiva dos territórios periféricos; a terceira parte propõe olhar a resistência e a existência das classes populares e periféricas na fuga para o comum, a partir das experiências coletivas, cooperativas e solidárias, especialmente nas periferias.

2. Digitalização e gestão urbana do trabalho

Da sua especificidade do urbano como espaço da reprodução social e da vida cotidiana, na era industrial, ele se converte também agora em espaço da produção e do trabalho, por excelência, graças à existência de um meio técnico-informacional (SANTOS, 1996). “A informação”, diz Santos, “é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 1999, p. 11). E com isso a “cidade técnico-científica-informacional”, de maneira seletiva, vai se sobrepondo “à cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores” (1992, p. 37). A metrópole como um

todo é sobreposta pela metrópole digital, suas partes centrais e periféricas são alcançadas, reproduzindo as desigualdades, e tornando o trabalho e a vida dos moradores dependentes dela.

Agora, “cada vez mais”, diz Arroyo, “as informações são produzidas por meios digitais”, trabalho, compras, serviços “são algumas das expressões dessa era digital”, isso tudo mediado “por novas plataformas de produção de conteúdo e interação social” (ARROYO, 2021, p. 144). Com a digitalização do território, ao mesmo tempo em que se produz a interação social, as grandes plataformas capturam esta mesma interação. Ou seja, elas dependem cada vez mais disso para extrair e acumular riqueza. E neste sentido, elas dependem do que é comum, na perspectiva de Hardt e Negri, e do espaço banal na versão geográfica de Milton Santos, aquilo que é produzido por todos, empresas, instituições e pessoas, de maneira indissociável (SANTOS, 1992, 2000).

Com o meio geográfico digitalizado, o que Marx (2013, p. 258) chamou de “meio de trabalho universal” (instalações, estradas, ferrovias etc.) deixa de cumprir apenas aquela função indireta e deficiente para ser o meio geográfico de trabalho propriamente. Como disse Franca, “diferentemente do que se passou na manufatura, na maquinofatura e mesmo no fordismo, o funcionamento e a continuidade do meio de trabalho fabril passaram a ser condicionados pelo meio geográfico do trabalho” (p. 84). Agora, com a digitalização do território, as plataformas podem se apoiar em um meio geográfico de trabalho mais amplo, com capacidade de drenar de maneira mais eficiente a riqueza da economia popular e dos espaços urbanos marginais e periféricos, muitas vezes à parte incontrollável da organização interna das empresas e do Estado.

Ainda que os precedentes históricos das plataformas digitais sejam mais antigos, seu papel proeminente na circulação de pessoas e coisas, no trabalho e na reprodução social, são bem recentes. Como explicam Mezzadra e Neilson (2024), elas “surgiram como dispositivos-chave para gerenciar a crise, em campos tão diversos como comunicação, entrega de alimentos e comércio eletrônico” (p. 15). Durante o lockdown, na Pandemia do Covid-19, passaram a dominar o “trabalho essencial” em diferentes partes do mundo (Lakoff, 2020). Geograficamente, elas surgem nos Estados Unidos e no Ocidente, mas sua disseminação para Ásia, África e América Latina é muito rápida, tanto sob o domínio das grandes plataformas corporativas, as Big Techs, quanto a partir de plataformas locais.

“A intermediação”, dizem Mezzadra e Neilson, “está, portanto, no cerne do funcionamento das plataformas digitais” (MEZZADRA e NEILSON, 2024, p. 17). Elas operam as intermediações entre pessoas e coisas, e se apresentam, como assinala SCHINESTOCK,

“como detentoras de mecanismos tecnológicos aptos a conectar oferta e demanda de um bem ou serviço por meio de uma rede, alcançando um enorme contingente de pessoas”. Enquanto modelo de negócios, se baseiam em dois eixos fundamentais: os algoritmos e os dados. Como as empresas gerenciam e controlam o conjunto do trabalho executado com base nos dados dos consumidores e dos trabalhadores, é preciso dizer que a função de intermediação, que caracteriza as plataformas digitais, “parece estar longe de ser neutra e a questão do trabalho emerge como um ponto-chave em seu funcionamento” (p. 80), diz o autor.

Considerando, aqui, as múltiplas dimensões da vida urbana que são afetadas e moldadas pelas plataformas digitais, o trabalho por plataforma nos parece ainda uma dimensão privilegiada para analisar e discutir os mecanismos dominantes de exploração do trabalho, de extração da riqueza e controle social. E ao fazer isso veremos que “o trabalho em plataformas não diz respeito apenas à condição dos trabalhadores da plataforma. Ele fornece, em vez disso, uma lente para a análise de um conjunto de transformações que estão remodelando as relações de trabalho em grande escala, bem como os limites entre trabalho e vida, produção e reprodução” (MEZZADRA e NEILSON, 2024, p. 21).

2.1. Plataformização e controle do trabalho

O trabalho mediado pelas plataformas digitais varia muito geograficamente, porém tem apresentado algumas semelhanças, tais como: erosão dos modelos tradicionais de emprego e dos direitos trabalhistas, proliferação de formas contratuais flexíveis, prevalência de salários por peça, empregos de curto prazo, subcontratados, autônomos, diluição da fronteira entre economia formal e informal, reconfiguração da divisão de trabalho por gênero, racialização do trabalho, absorção de imigrantes, geografia específica do trabalho e da mobilidade espacial dos trabalhadores (MEZZADRA e NEILSON, 2024; MORITZ ALTENRIED, 2022).

No Brasil, a plataformização do trabalho⁴ veio a se tornar um objeto privilegiado de pesquisa sobre as condições atuais “de precarização, subordinação e desregulamentação, bem

⁴ 1,49 milhão era o número de trabalhadores por plataformas no Brasil no último trimestre de 2022, segundo o IBGE. 81,3% dos trabalhadores plataformizados no Brasil são homens, segundo IBGE. Os números do IBGE revelam que a jornada semanal de trabalho de alguém ocupado com plataformas é seis horas e meia mais longa, na média (46,5 plataforma e 39 não plataforma). O número consideravelmente maior de horas trabalhadas por semana é uma face do fato de que o trabalho por aplicativo no Brasil é dominado pela informalidade — embora alguns trabalhadores tenham vínculos trabalhistas com as plataformas. Isso significa que, na maior parte, as pessoas que trabalham junto a apps não têm proteção ou direitos como férias e décimo terceiro. Um dado que reflete a alta informalidade é o da proporção de contribuintes à Previdência.

como provocado questionamentos acerca dos impactos da multiplicação de trabalhadores geridos por plataformas na vida urbana de grandes metrópoles” (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024, p. 70). As autoras afirmam ainda que, diante da dispersão desta multiplicação de trabalhadores pelas metrópoles, é hoje possível, pela gestão algorítmica, ocorrer “um controle incisivo do tempo, do território e do próprio trabalho e pela intensa vulnerabilidade dos trabalhadores” (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024, p. 69)⁵.

No contexto urbano brasileiro, caracterizado por alta porcentagem de informalidade, a sequência da crise econômica e social, agravada pela pandemia da covid-19, tornou favorável a expansão das plataformas, criando oportunidades para a população desempregada, em um momento em que o trabalho de entregadores e motoristas de plataformas se tornavam essenciais (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024). Esta disponibilidade de trabalhadores contribuiu, além disso, para a queda nos rendimentos ao mesmo tempo em que levou ao aumento das jornadas para os entregadores (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021).

O que precisamos dizer é que o trabalho em plataformas não permanece como um estoque fixo de trabalhadores empregados pelas plataformas. Ao contrário, trata-se de “uma multidão flutuante de trabalhadores em potencial cuja disponibilidade molda o cálculo de gestão das plataformas” (MEZZADRA e NEILSON, 2024). Se utilizarmos aqui o famoso conceito de Marx, “exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 784), este exército urbano de reserva, para sermos mais adequados, “torna-se interno às operações das plataformas digitais”, segundo Mezzadra e Neilson (2024), “na medida em que são estruturalmente baseadas na disponibilidade de um número de trabalhadores em excesso em relação aos que efetivamente trabalham para elas”

Esta gestão e controle algorítmico do tempo, do espaço e do trabalho, em sua multiplicação e dispersão geográfica, incluindo o exército urbano de desempregados, não pode ser compreendido apenas nos termos da cooperação e divisão do trabalho analisado por Marx no interior da fábrica e da empresa. Isto porque o mesmo contingente disperso e múltiplo de

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/10/25/7-graficos-para-entender-o-trabalho-por-aplicativo-no-brasil>.

⁵Uma série de estudos tem, então, discutido os mecanismos que possibilitam o controle da massa de trabalhadores dispersos engajados nessa rede (Griesbach, Elliott-Negri e Milkman, 2019; Veen, Barratt e Goods, 2020; Abílio, Amorim e Grohmann, 2021; Heiland, 2021). Entre os aspectos destacados, evidenciam-se a própria estrutura tecnológica do controle algorítmico e os sistemas de avaliações, recompensas e bloqueios que permitem uma gestão extremamente flexível e arbitrária da força de trabalho. (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024, p. 72).

trabalhadores pode estabelecer também, individualmente e coletivamente, relações mais horizontais de cooperação entre eles, em um tipo de fuga que o controle disciplinar fabril não permitia ou permitia com pouca flexibilidade.

Pesquisas sobre a plataformização do trabalho têm se surpreendido com as percepções positivas sobre a ocupação, como no caso dos entregadores, reticentes ou mesmo contrários ao regime de trabalho CLTista (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024). Três em cada quatro motoristas e entregadores que trabalham com aplicativos, ou seja, 75% deles, preferem manter a autonomia que têm atualmente a terem a carteira assinada. Foi o que mostrou uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha a pedido do Uber e do iFood. Trago aqui a opinião de uma ciclo entregadora relatada por (FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK, 2024, p. 88):

[...] o bom é que eu sou autônoma, então eu trabalho para mim, eu faço os meus horários, eu escolho o dia que eu venho trabalhar, se eu quiser folgar eu folgo, então acho que eu tenho mais vida, agora, no meu antigo trabalho não, eram 14 horas por dia (uma hora de almoço e eu fazia coisas além da minha função, aqui eu só entrego e está bom), então para mim é melhor, perigoso, mas melhor. (Cicloentregadora)

Pesquisadores reconhecido no Brasil sobre a plataformização do trabalho como Abílio, Amorim e Grohmann (2021) interpretam esta expressão de autonomia nos termos de um “autogerenciamento subordinado”. um modo de subjetivação vinculado a processos de subordinação em que os sujeitos se percebem responsáveis por suas próprias condições de vida, convertendo suas estratégias de sobrevivência inventivas em recursos apropriados pelo capital, na interpretação de FIORAVANTI, MARTINS e RIZEK (2024, p. 88. Para elas, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) “identificam, na expansão do trabalho plataformizado, uma generalização dos modos de vida periféricos, cuja gestão da sobrevivência em condições de vida sem garantias modula tanto as trajetórias dos sujeitos como a estrutura do mercado de trabalho”.

É muito interessante discutir a subjetivação dos trabalhadores por plataforma também como generalização do modo de vida periférico, na batalha das classes populares pela sobrevivência, ainda que capturadas pelo capital. Nesta perspectiva, a busca pela autonomia

pode ser discutida de maneira mais complexa, não simplesmente como mera reprodução subjetiva do discurso neoliberal. Ela pode traduzir também a experiência de vida, cuja autonomia se apoie em laços de solidariedade e horizontalidade. Ou seja, é possível que exista de fato alguma positividade quando os trabalhadores por plataforma falam de autonomia, mesmo que isso aconteça em um “contexto de subordinação cada vez mais complexa e hierárquica”, como diz Montenegro (2023)⁶.

3. Extrativismo urbano

Nesta transição para a era digital da urbanização, dominada pelas plataformas corporativas, não apenas as fronteiras entre trabalho e vida social tornaram-se tênues. A própria lógica da exploração do trabalho foi eclipsada pela lógica extrativista através da mineração de dados e captura financeira da cooperação e interação social (GAGO e MEZZADRA, 2017; NEGRI e HARDT, 2018). A mineração de interações e a financeirização dependem inteiramente da digitalização e da criação de territórios orientados para o extrativismo, um processo que está se expandindo na economia popular e nos espaços periféricos, como será discutido.

O conceito de extrativismo tem sido amplamente utilizado, especialmente na América Latina, para descrever a extração de recursos naturais, a exportação de matéria-prima e, mais especificamente em relação ao Brasil, a reprimarização de sua economia (SVAMPA, 2013, 2019). Foi formulado para explicar, como diz SVAMPA (2019), uma "nova dinâmica de acumulação de capital baseada na pressão sobre bens naturais, terras e territórios" (p. 12). Este reforço do extrativismo em nossa região não se limita ao ambiente rural, mas tem implicações diretas nas esferas econômica, social, política e cultural do ambiente urbano.

Entretanto, o que me interessa particularmente ao discutir o extrativismo urbano é, como Gago e Mezzadra propuseram, "radicalizar a própria noção de extrativismo para, de um lado,

⁶ “Diante do poder das grandes corporações multissetoriais, desses círculos de cooperação tão intensos, há hoje uma articulação horizontal muito forte no interior do próprio circuito superior, e ao mesmo tempo articulações horizontais muito densas dentro do próprio circuito inferior, baseadas no sentido mais constitutivo da sua existência. No entanto, ao mesmo tempo, essas articulações verticais hoje se transformam a partir da financeirização da pobreza, da plataformização das relações de trabalho, e isso vem tornando essa complementaridade e essa subordinação cada vez mais complexas e hierárquicas” (p. 32-33)”.

destacar sua relação orgânica com as finanças e, de outro, ir além de sua segmentação em matérias-primas" (MEZZADRA e GAGO, 2015, p. 40). O que achei importante na abordagem de Gago e Mezzadra sobre o extrativismo urbano é que tanto as operações financeiras quanto logísticas, especialmente na América Latina, estão cada vez mais entrelaçadas às "complexas economias políticas dos territórios periféricos suburbanos" (p. 41).

Segundo os autores, a conexão entre campo e cidade na discussão sobre o neoextrativismo na região foi moldada pela justificativa ou crítica das políticas sociais de transferência de renda dos governos progressistas, baseadas nos ganhos do boom das commodities entre 2003 e 2013. O problema desta abordagem da conexão campo-cidade é que ela retrata de forma passiva as populações pobres urbanas, enquanto "opaca a categoria mesma de exploração e desconsidera a produção de valor dessas populações que as finanças já reconhecem como não marginais" (MEZZADRA e GAGO, 2015, p. 41).

Neste sentido, é relevante considerar o pensamento de Milton Santos, para quem os pobres desenvolvem suas próprias estratégias de sobrevivência, solidariedade e contraracionalidade (2001)⁷. Como afirmou o geógrafo, "os pobres não se entregam. Eles descobrem formas inéditas de trabalho e luta a cada dia" (p. 132). Milton Santos fez uma contribuição significativa ao elaborar a teoria dos circuitos urbanos da economia em seus estudos sobre a urbanização do Terceiro Mundo desde os anos 70, identificando no circuito inferior das economias populares formas de cooperação e horizontalidade.

3.1. Extrativismo Digital

O primeiro dispositivo extrativista, conforme definido por Gago e Mezzadra, está bem desenvolvido no que hoje é conhecido como capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018). Ao gerir uma variedade de formas que vão desde aplicativos de entrega de comida e transporte até grandes plataformas como Google e Amazon, essas corporações movem-se, como descrito por Gago e Mezzadra (2017, p. 19), "por uma vontade bulímica de capturar o espectro mais amplo possível de interações".

⁷ "Para os pobres, a escassez é um dado permanente da existência, mas como sua presença na vida de todos os dias é o resultado de uma metamorfose também permanente, o trabalho acaba por ser, para eles, o lugar de uma descoberta cotidiana e de um combate cotidiano, mas também uma ponte entre a necessidade e o entendimento" (2001, p. 130).

Por meio das tecnologias digitais de mineração de dados, as plataformas corporativas transformam nossas interações sociais em fontes de valor. Nosso perfil, localização e até mesmo nossas emoções são capturadas por uma ampla variedade de tecnologias conectadas a algumas das maiores mineradoras digitais, predominantemente americanas e chinesas. Os algoritmos, que desempenham um papel central na gestão do trabalho e do consumo dispersos espacialmente, são igualmente essenciais na "mineração de dados que sustenta a geração de valor no capitalismo de plataforma" (MEZZADRA e NEILSON, 2024, p. 23).

Embora a lógica extrativista atual opere simultaneamente à exploração do trabalho dentro das plataformas digitais, uma pode obscurecer a outra. Pesquisadores críticos da plataformização do trabalho têm tentado destacar a exploração que ocorre sob o véu da autonomia, do empreendedorismo e da flexibilidade, enquanto aqueles que analisam as várias formas de despossessão e espoliação muitas vezes negligenciam a relação estreita com a exploração do trabalho mediado pela informação e digitalização⁸.

Politicamente, é importante distinguir essas duas lógicas de acumulação - extrativista e exploratória do trabalho - mesmo que elas atuem simultaneamente dentro do domínio das plataformas. Isso porque, assim como uma lógica pode obscurecer a outra, também é possível ignorar as formas de resistência que surgem da exploração do trabalho digital quando o foco está na despossessão. Da mesma forma, pode-se superestimar a luta contra a exploração quando a resistência surge da fuga do extrativismo através da cooperação, cooperativismo e formas coletivas além das relações capitalistas.

3.2. Extrativismo Financeiro

Tão crucial quanto o extrativismo digital nas operações atuais do capital é o extrativismo decorrente da financeirização da sociedade e do território. O crédito e o endividamento, facilitados por dispositivos e plataformas digitais, tornaram-se os principais mecanismos de extração de renda dos setores populares. Como explicado por Gago e Mezzadra (2017, p. 42), "A extração financeira organiza-se em torno de setores que não possuem uma capacidade de

⁸ Sobre o conceito de despossessão de David Gago e Mezzadra dizem o seguinte: "mientras que su concepto de desposesión resulta novedoso y atractivo, su concepto de explotación queda relegado a una definición tradicional, se convierte en el *otro* de la desposesión y queda vinculado a la realidad del trabajo asalariado, definida por una esfera de la producción pensada bajo el paradigma industrial". (2017, p. 49).

solvência determinada pelo mercado de trabalho tradicional, mas que, sendo reconhecidos como população subsidiada, podem obter uma inscrição bancária gerenciada pelo Estado".

Fábio Contel (2023) relembra como Milton Santos, no final dos anos 70 em seu livro "Espaço Dividido" (1975), oferecia uma "interpretação de como as finanças se manifestam no cotidiano da população urbana dos países periféricos" (CONTEL, 2023, p. 45). Contel identifica duas palavras usadas por Milton Santos que capturam bem como ele já estava preocupado em identificar o que estamos chamando aqui de extrativismo financeiro, em uma época em que o sistema financeiro ainda era dominado pelos bancos⁹. Como explica Contel, "Na escala local, na economia do dia a dia, em geral, os bancos e as empresas do circuito superior - especialmente os bancos - são mecanismos de 'sucção de excedentes' ou 'mecanismos de espoliação'" (p. 48).

O filósofo italiano Maurizio Lazzarato, ao discutir a financeirização da sociedade, observa que "a economia contemporânea é uma dívida que disciplina, domestica, fabrica, modula e molda a subjetividade" (Lazzarato, 2011, p. 44). Contel usa Lazzarato para discutir a importância do endividamento na subjetividade e no controle social, e afirma que "a grande divisão nas sociedades agora ocorre entre os indivíduos e grupos endividados e aqueles que fornecem o dinheiro para o endividamento" (p. 52). Ao considerar o endividamento dos setores populares através da lógica do consumo, não apenas destacamos sua dimensão de subordinação, mas também questionamos as formas de inclusão que ela promove.

O que é particularmente importante ao analisar a financeirização através do crédito e do endividamento como mecanismos de extração de renda dos setores populares, é que autores como Contel, Gago, Mezzadra e Lazzarato não veem esses setores como passivos diante do poder avassalador das finanças. Pelo contrário, assim como Milton Santos, eles estão atentos às contra-racionalidades que emergem das classes populares. Como afirma Contel, "sempre houve formas alternativas de uso [do crédito], entre elas a economia solidária, sendo o professor Paul Singer uma referência mundial sobre o tema, e também uma das bases teóricas para o que será discutido em relação aos bancos comunitários" (CONTEL, 2023, p. 53).

⁹ "ganham um protagonismo maior outros agentes financeiros mais diretamente ligados ao mercado de capitais (os bancos de investimento, as bolsas de valores, os investidores institucionais etc.), mesmo em países da semiperiferia, como o Brasil" (p. 44).

4. A Fuga para o Comum

Após os protestos de julho de 2013, as ocupações escolares de 2015, o Breque dos Apps e a greve dos entregadores por aplicativos em julho de 2020 foram manifestações significativas dos trabalhadores, principalmente no espaço urbano. Além dessas manifestações diretas contra as formas atuais de exploração do trabalho por aplicativos, surgiram as primeiras formas coletivas de organização dos trabalhadores de aplicativos, como os Entregadores Antifascistas, Señoritas Courier, Pedal Express em Porto Alegre e as cooperativas de motoristas Morada Car e Morada Express em Araraquara, Estado de São Paulo (GROHMANN, 2022).

Também podemos observar práticas coletivas de defesa do bem comum na luta contra a privatização e o cercamento de espaços públicos, na ocupação de áreas por sem-tetos, e em várias atividades relacionadas à reprodução social, como a autogestão comunitária de resíduos, praças, hortas, bibliotecas, cozinhas e até bancos e moedas comunitárias (PUPO, 2023). Como explica Pupo:

Os bancos comunitários são organizações locais que têm como base a economia solidária, capazes de acolher as demandas dos lugares onde estão inseridos, criando suas políticas de crédito ou não creditícias a partir das necessidades locais. Utilizam um instrumento monetário que é a moeda local de papel, e recentemente alguns bancos passaram a utilizar uma plataforma digital, a plataforma E-Dinheiro, que oferece serviços digitais, entre eles a troca monetária”. (PUPO, 2023, p. 66)

A juventude, outro segmento fortemente engajado na construção de espaços comuns através da cultura periférica (RAIMUNDO, 2016), encontra no rap sua base (MOYSÉS, 2022), mas também se expressa através da literatura, cinema e outras formas artísticas dos sujeitos periféricos. Neste sentido, a potencialidade do comum urbano contra o extrativismo na nova urbanização digital e rentista manifesta-se no território metropolitano, nas fronteiras e limiares da cidade, e principalmente nas periferias, em uma construção interseccional que considera aspectos de classe, raça, gênero e lugar.

5. REFERÊNCIAS

ALTENRIED, M. *The digital factory. The human labor of automation*. University of Chicago
ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. e SILVER, B.J., *Caos e governo del mondo* (1999), Milano, Bruno Mondadori, 2003.

ARROYO, M. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (orgs.). *Urbanismo Biopolítico*, Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021.

CONTEL, F. O papel dos bancos e do crédito na economia urbana dos países periféricos. *Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Renato Balbim, Mónica Arroyo, Cristine Santiago (Orgs.). Brasília: IPEA, 2023.

FIORAVANTI, L.; MARTINS, F.; RIZEK, C. Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 26, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/61235>. Acesso em: 22/03/2024.

FRANCA, G. *O trabalho no espaço da fábrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRANCA, G.; RAIMUNDO, S. L. Espaço Banal, Vida Comum: Práxis e Cultura nas Periferias Urbanas. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 19, n. 2, págs. 82-99, jul-dez. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/76188>. Acesso em: 02/08/2024.

GAGO, V.; MEZZADRA, S. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. *Nueva Sociedad*, n. 255, 2015.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *Matrizes*, vol. 16, 2022.

HARDT, M e NEGRI, A. *Assembly. A organização multitudinária do comum*. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2018.

HARDT, M e NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016

KARL, M.. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013..

Lakoff, A. (2020). The supply chain must continue. Becoming essential in the pandemic emergency.” *Items. Insights from the Social Sciences*. November, 5. <https://items.ssrc.org/covid-19-and-the-social-sciences/disaster-studies/the-supply-chain-must-continue-becomingessential-in-the-pandemic-emergency/>

LEFEBVRE, H. A reprodução das relações sociais de produção. Porto: Publicação escorpião, 1973.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. Operations of Platforms. A Global Process in a Multipolar World. In: Sandro Mezzadra, Niccolò Cuppini, Mattia Frapporti, Maurilio Pirone (orgs.), Capitalism in the Platform Age. Emerging Assemblages of Labour and Welfare in Urban Spaces. Springer, 2024.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. The politics of operations: excavating contemporary capitalism. Durham: Duke University Press, 2019.

MONTENEGRO, M. Os circuitos da economia urbana em questão: da formulação da teoria ao seu debate na atualidade. Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. Renato Balbim, Mónica Arroyo, Cristine Santiago (Orgs). Brasília: IPEA, 2023.

MOYSÉS, M. Vêi, aqui o papo é reto. O circuito Rap do Distrito Federal. Curitiba: Editora CVR, 2022.

NEGRI, A. A metrópole está para a fábrica como a multidão está para a classe operária. Euronomade, 2014. Disponível em: <https://www.euronomade.info/metropole-esta-para-fabrica-como-multidao-esta-para-classe-operaria/>. Acesso em: 02/07/2024.

PUPO, C. Bancos comunitários e moedas locais: estratégias do circuito inferior para a sobrevivência. Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. Renato Balbim, Mónica Arroyo, Cristine Santiago (Orgs). Brasília: IPEA, 2023.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. *Território, Cultura e Política*: movimento cultural das periferias, resistência e cidadania desejada. 2016. p. 274. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH-USP.

SANTOS, M *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 6a.Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 174 p.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. El territorio: un agregado de espacios banales. *Boletín de Estudios Geográficos*, Cuyo, n. 96, p. 87-96, 2000.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico e Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1992.

SRNICEK, Nick. Capitalismo de Plataforma. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina» en Nueva Sociedad No. 244, 3-4/2013, pp. 30-46, disponible en <www.nuso.org/upload/articulos/3926_1.pdf>.

SVAMPA, M. Neo-extractivism in latin America. Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives. Cambridge University Press, 2019.